

Nota Pastoral para a Diocese da Guarda | Ano 2019-2020

Os Jovens e a Família em plano pastoral diocesano

Ouve-se dizer muitas vezes que falar de jovens é falar do futuro. O certo, porém, é que o Papa Francisco, dirige-se a eles com a seguinte afirmação interpelativa: “Vós sois o agora de Deus” (C.V., 64).

De facto, os jovens são para o mundo de hoje os mais capazes não só de sonhar o futuro, mas também de o antecipar, com gestos proféticos que interpelam as gerações adultas, como é o caso do seu empenho organizado e bem visível em favor da preservação da natureza e na chamada de atenção para as consequências das alterações climáticas.

A Juventude é o tempo das grandes decisões e sobretudo da entrega generosa às grandes causas, mesmo quando tal exige renúncias e sacrifícios que doem, mas nos tornam fecundos e de utilidade para os outros e para o bem comum. É aqui que está a fonte da verdadeira alegria para os próprios e de esperança para o mundo.

Nem sempre, porém, os interesses instalados nas sociedades dão o devido valor a esta sua capacidade de entrega generosa pelas grandes causas. Pelo contrário, muitas vezes os jovens são assediados com a ilusão de vidas fáceis feitas de prazeres passageiros e êxitos superficiais.

É por essa razão que o Papa lhes deixa mais uma interpelação nos seguintes termos: “Não deixes que te roubem a esperança e a alegria, que te narcotizem para te utilizarem como escravo” (C.V., 107).

Para crescerem equilibradamente e construírem a sua personalidade os jovens são devedores, em primeiro lugar, às suas famílias, essa fonte maravilhosa de onde receberam a vida, o berço onde foram acompanhados na construção progressiva da sua autonomia. A este factor original e insubstituível outros contributos se vieram juntar, nomeadamente a Escola, como também o conjunto das relações em sociedade.

Por isso, cada jovem é, em grande medida, o resultado das suas relações em família acrescidas de outras, sem deixarmos de reconhecer o factor mais decisivo que é a originalidade de cada um. Esta supera sempre os resultados de todas as influências, incluindo as que lhes vêm da sua família.

Por outro lado, e como lembra também o Papa Francisco, “os jovens sentem fortemente o apelo do amor e sonham encontrar a pessoa adequada com quem formar uma família e construírem a vida juntos” (V.C., 259).

Sendo assim, cuidar dos jovens é também e necessariamente cuidar da Família, tanto aquela que lhes deu a vida e os fez crescer como também aquela que eles são chamados a constituir. Por isso, ao unirmos no mesmo propósito estes dois cuidados – o dos jovens e o da Família – à partida, estamos no bom caminho. E, percorrendo este caminho, desejamos criar condições para que cada jovem possa decidir bem a sua vida, através de um discernimento, quanto possível acompanhado, que seja sério.

Quando tudo à sua volta pretende monopolizar a atenção e orientá-la para aspectos periféricos da vida e da conjuntura social, nós propomo-nos oferecer oportunidades para cada um se decidir pelo que é essencial. E esse essencial é sempre aquele projecto que dá

verdadeiro sentido à sua vida. Em última análise, é a proposta que Deus lhe faz, chamando-o a aderir-lhe com entusiasmo. Essa é a sua vocação.

Temos consciência das muitas fragilidades e obstáculos que se deparam aos jovens em todo este processo. E queremos como comunidade cristã encontrar formas de estar a seu lado com propostas sérias, mas também com a máxima compreensão pelos ritmos diferentes de cada um e cada uma.

Por sua vez e no que à Família diz respeito, queremos empenhar-nos em iniciativas de ir ao encontro de todas elas, sem deixar de respeitar o ritmo diferente de cada uma, incluindo as fragilidades que possam existir e que, pelo menos em alguns casos, são evidentes. Estamos empenhados em lhes propor, por caminhos ajustados a cada caso, o autêntico Evangelho da Família (cf. A.L. 200) para que não apenas cada família se sinta realizada, mas também a sociedade enquanto tal delas receba o contributo de bem estar social que todos desejamos.

De facto, com famílias saudáveis e felizes teremos uma sociedade feliz; de outro modo multiplicar-se-ão vazios que dificilmente poderão ser preenchidos.

Sentimos cada vez mais que a qualidade de vida das famílias não aparece por geração espontânea, mas exige a devida preparação. Por isso, animar os jovens a preparar bem a constituição da família para que são vocacionados é outra preocupação que levamos para este triénio, aperfeiçoando e eventualmente corrigindo procedimentos que ou já existem, como é o caso do CPM (Centro de preparação para o Matrimónio), ou precisem de ser criados.

Pedimos para esta caminhada em que queremos envolver o mais possível todas as comunidades da nossa Diocese, e por isso ousamos chamar-lhe caminhada sinodal, a bênção de Deus.

20.07.2019

+ Manuel da Rocha Felício, *Bispo da Guarda*

“Tua Mãe e teus irmãos estão lá fora”

O mundo e a sociedade mudam constantemente e cada vez mais rapidamente. Vivemos, segundo Zigmun Bauman, numa sociedade líquida, ou segundo António Hortelano, numa sociedade gasosa, uma sociedade que fabrica um modo de viver cada vez mais instável e insatisfeito. O mundo hoje é mais rápido, tecnológico, digital, virtual e antropocêntrico. E se todos sofrem as consequências deste modo de viver, as famílias e os jovens constituem dois grupos que muito têm sofrido com estas mudanças constantes e rápidas. Por outro lado, a Igreja nem sempre tem sabido como acompanhar pastoralmente estas realidades.

É inegável que nos últimos tempos a Igreja tem demonstrado uma grande preocupação pela família. Contudo, não adquiriu nem a prioridade nem a centralidade que os Papas pediram nos últimos anos. Como refere o Papa Francisco: “não basta inserir uma genérica preocupação pela família nos grandes projectos pastorais; para que as famílias possam ser sujeitos cada vez mais activos da pastoral familiar, requer-se um esforço evangelizador e catequético dirigido à família” (AL 200).

A família é o lugar privilegiado para brotar o sentido de Deus, para descobrir que Deus é amor e para se viver, na prática, o amor cristão. O exercício de transmitir aos filhos a fé “permite que a família se torne evangelizadora, e espontaneamente, comece a transmiti-la a todos os que se aproximam dela e mesmo fora do próprio ambiente familiar” (AL 289). É algo quase inato. Uma família evangelizada “torna-se evangelizadora de muitas outras famílias e do meio

ambiente em que ela se insere” (EN 71). Daí a acção pastoral com e para as famílias requerer uma atenção especial.

Entretanto, dentro das famílias, merecem destaque peculiar os jovens. Como refere Francisco na exortação *Christus Vivit*: “todos os jovens, sem exclusão, estão no coração de Deus e, por isso, no coração da Igreja” (CV 235). De facto, “a juventude é um tempo abençoado para o jovem e uma bênção para a Igreja e para o mundo” (CV 135). Porém, “a pastoral juvenil, tal como estávamos habituados a levá-la por diante, tem sofrido o embate das mudanças sociais e culturais” (CV 202). São imensas as dificuldades com que a pastoral juvenil se depara na hora de chegar aos jovens e de lhes proporcionar experiências e processos de fé. Neste sentido, o Papa exorta “as comunidades a realizar, com respeito e seriedade, um exame da sua própria realidade juvenil mais próxima, para poderem discernir os caminhos pastorais mais adequados” (CV 103).

É com esta motivação que pretendemos dedicar os próximos três anos pastorais a olhar a realidade familiar e juvenil na nossa diocese. Estimulados pela citação de Mateus, “Tua Mãe e teus irmãos estão lá fora” (Mt 12, 47), tentaremos dar uma atenção maior aos jovens e às famílias que ainda não conheceram a Cristo ou ainda não amadureceram a sua fé. De acordo com o conhecido método “julgar, ver e agir”, dedicaremos um primeiro ano a fazer uma prospecção da realidade nestas áreas pastorais e tentaremos fazê-lo de forma concreta e prática. Como refere Francisco, relativamente aos jovens: “A juventude não é uma coisa que se possa analisar de forma abstrata” (CV 71). E prossegue: “Às vezes, por pretendemos uma pastoral juvenil asséptica, pura, marcada por ideias abstratas, afastada do mundo e preservada de toda a mancha, convertemos o Evangelho numa oferta insípida, incompreensível, distante, separada das culturas juvenis e apta apenas para uma elite juvenil cristã” (CV 232).

Sabemos que se precisa de uma pastoral cada vez mais missionária. Mas que significa isso na prática? Que tipo de pastoral devemos procurar, tendo em conta as dificuldades em redor da família e da juventude, no contexto em que nos encontramos? Como tem sido a pastoral familiar e a pastoral juvenil? Que se deve renovar? Tentaremos, nas diversas instâncias, serviços e movimentos com ligação a estas áreas pastorais, concretizar uma prospecção da realidade e encontrar metas práticas e inclusivas que possam tornar a acção evangelizadora da Diocese mais efectiva e consequente.

Um agradecimento, desde já, a todos os que se vão empenhar neste processo sinodal e evangelizador dos jovens e das famílias na diocese.

23.07.2019

Pe Jorge Manuel Pinheiro Castela

Coordenador Diocesano da Pastoral

PLANO PASTORAL PARA O TRIÉNIO 2019-2022 Diocese da Guarda

“Os jovens precisam de ser respeitados na sua liberdade, mas também precisam de ser acompanhados. A família deveria ser o primeiro espaço de acompanhamento. A pastoral juvenil propõe um projeto de vida a partir de Cristo: a construção de uma casa, de um lar edificado sobre a rocha (cf. Mt 7,24-25). Esse lar, esse projeto, para a maioria deles, concretizar-se-á no matrimónio e no amor conjugal. Por isso é necessário que a pastoral juvenil e a pastoral familiar tenham uma continuidade natural, trabalhando de maneira coordenada e integrada para poder acompanhar de forma adequada o processo vocacional” (CV 242).

A III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos, em Outubro de 2014, e a XIV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, em Outubro de 2015, incidiram sobre a Família. Da reflexão feita na Igreja por essa ocasião, surgiu em pleno ano da Misericórdia, com data de 19 de Março de 2016, a Exortação Apostólica do Papa Francisco *Amoris Laetitia*, onde se afirmou que “Não basta inserir uma genérica preocupação pela família nos grandes projectos pastorais; para que as famílias possam ser sujeitos cada vez mais activos da pastoral familiar, requer-se «um esforço evangelizador e catequético dirigido à família»” (AL 200).

Por seu lado, a XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, ocorrida em Outubro de 2018, incidiu sobre os jovens, e da reflexão aí concretizada, surgiu, com data de 25 de Março deste ano de 2019, a Exortação Apostólica do Papa Francisco, *Christus Vivit*, onde se refere a “necessidade de assumir novos estilos e novas estratégias” (CV 204) na pastoral juvenil, tornando-a mais sinodal (cf. CV 206) e missionária (cf. CV 240).

Tendo em conta estas assembleias e consequentes exortações, bem como a proximidade da Jornada Mundial da Juventude de 2022, que vai ocorrer em Portugal, mais concretamente em Lisboa, decidiu-se, após parecer favorável dos serviços diocesanos de pastoral e o Conselho Presbiteral, assim como a partilha dos diversos serviços diocesanos e movimentos ligados à pastoral juvenil e familiar, dedicar o triénio pastoral 2019-2022 a estas duas áreas pastorais: a família e a juventude.

Propõe-se que, ao longo destes três anos, para além de actividades de evangelização, formação e amadurecimento da fé junto dos jovens e das famílias, se procurem atingir metas práticas e concretas que possam dar frutos consistentes, com articulação e envolvimento, para além dos respetivos agentes pastorais destas áreas, de toda a Igreja Diocesana e seus agentes pastorais. Para tal delineou-se o seguinte projecto pastoral:

TEMA GLOBAL

"A tua mãe e teus irmãos estão lá fora" (Mt 12, 47)

1º ANO: CONHECER A REALIDADE

Objectivo: prospecção da realidade nas áreas da Família e da Juventude, sobretudo ao nível da acção pastoral.

2º ANO: ACTUAR NA REALIDADE

Objectivo: sensibilização e formação, com metas práticas após a prospecção.

3º ANO: CELEBRAÇÃO

Objectivo: celebração, nomeadamente com as Jornadas Mundiais da Juventude e uma eventual celebração diocesana direccionada para as famílias.

SERVIÇOS E MOVIMENTOS ESPECIALMENTE ENVOLVIDOS

Os serviços diocesanos respectivos:

Secretariado Diocesano da Pastoral da Família

Departamento diocesano da pastoral juvenil, universitária e vocacional

Serviços diocesanos com alguma ligação a estas áreas:

Departamento EMRC

Departamento da Catequese da Infância e Adolescência

Tribunal Eclesiástico

Os seguintes movimentos e obras de apostolado:

CPM

Equipas de Nossa Senhora

Cooperadoras da Família (MLC)

Juventude Hospitaleira

Convívios fraternos

CNE

**PLANO PASTORAL
PARA A DIOCESE DA GUARDA
Ano 2019-2020**

CONHECER A REALIDADE

OBJETIVO GERAL ANUAL

Prospecção da realidade nas áreas da Família e da Juventude, sobretudo ao nível da acção pastoral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Recolher dados sobre o estado actual da família e da juventude e respectivas acções e serviços pastorais na diocese;
2. Fazer uma análise da situação pastoral familiar e juvenil com prospecção das necessidades e das estratégias a desenvolver;
3. Articular e envolver os respetivos serviços diocesanos da pastoral familiar e juvenil, e os movimentos com ligação directa a estas realidades;
4. Continuar recepção e conseqüente implementação da “Proposta para uma reorganização da Diocese da Guarda”;
5. Prosseguir o espírito de comunhão e a vocação missionária da diocese.

ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES

1. PASTORAL FAMILIAR

De acordo com o Plano Pastoral para o Triénio 2019-2022, que propõe ter como objectivo, no primeiro ano, a prospecção da realidade familiar na diocese, pretende-se:

- 1.1. Fazer a análise e estudo da realidade familiar na pastoral da diocese, em geral, e em particular realizar prospecção discreta de casos que envolvam possível declaração de nulidade matrimonial e também de uniões de facto com possibilidade de progredirem até à celebração do sacramento do matrimónio;
- 1.2. Realizar uma Jornada Pastoral para reflexão conjunta sobre a realidade do matrimónio e da família;
- 1.3. Promover encontros de sensibilização/formação sobre Nulidade Matrimonial, tendo em conta os dados recolhidos e a prospecção feita;
- 1.4. Sensibilizar os agentes pastorais para a necessidade do CPM (Curso de Preparação para o Matrimónio) e a importância das ENS (Equipas de Nossa Senhora);

2. PASTORAL JUVENIL

De acordo com o Plano Pastoral para o Triénio 2019-2022, propõe ter como objectivo, no primeiro ano, a prospecção da realidade juvenil na diocese pretende-se:

- 2.1. Fazer a análise e estudo da realidade juvenil e vocacional na pastoral da diocese;
- 2.2. Realizar uma Jornada Pastoral sobre os Jovens e a Vocação para reflexão conjunta sobre a realidade juvenil presente na diocese;

2.3. Promover, em colaboração com o Departamento Diocesano da Catequese de Infância e Adolescência, a implementação do projecto “SaYes” junto dos adolescentes da diocese;

2.4. Fomentar a criação de Equipas de Jovens de Nossa Senhora atendendo à continuidade natural existente entre a Pastoral Juvenil e a Pastoral Familiar;

2.5. Divulgar, em colaboração com os Secretariados Diocesanos de Pastoral Juvenil das dioceses do Centro, a exortação do Papa Francisco, *Christus Vivit*, e sensibilizar toda a diocese para o acolhimento dos jovens participantes nas JMJ Lisboa 2022;

3. COMISSÃO DIOCESANA MULTIDISCIPLINAR E REORGANIZAÇÃO DA DIOCESE

Depois da apresentação da “Proposta para uma reorganização da Diocese da Guarda”, com data de 17 de Janeiro de 2019, e depois de vários encontros de reflexão com base nela, pretende-se:

3.1. Continuar processo de recepção e implementação da reorganização diocesana;

3.2. Concretizar encontros de estudo sobre a necessidade de uma reorganização em geral, e sobre Unidades Pastorais em particular;

3.3. Realizar Jornada Diocesana sobre Unidades Pastorais, tendo em conta os dados referidos na proposta de reorganização pastoral da Diocese.

4. MISSÃO E DIOCESE

De acordo com o plano pastoral do ano transato, o pedido dos bispos portugueses (Outubro 2018 a Outubro 2019) e o mês Missionário Extraordinário proposto pelo Papa Francisco, pretende-se culminar,

no mês de Outubro deste ano pastoral, o esforço missionário que se tem realizado, e prosseguir com espírito missionário na diocese, do seguinte modo:

- 4.1. Realizar Jornadas Pastorais no início do ano pastoral, com base no tema “Papa Francisco e a Missão”, ocasião em que será apresentado o Plano Pastoral;
- 4.4. Criar e fomentar dinâmicas diocesanas de Advento e Quaresma;
- 4.5. Realizar assembleias diocesanas de serviços pastorais, movimentos, associações de fiéis e obras de apostolado da diocese.

RECURSOS ESPECIAIS

Para além dos recursos da acção ordinária da Pastoral Diocesana, pretende-se privilegiar

1. “Proposta para uma Reorganização da Diocese da Guarda”
2. Subsídeo para as Dinâmicas de Advento e Quaresma
3. Logótipo da Diocese
4. Site da Diocese

Calendário do Ano Pastoral 2019-2020

“A TUA MÃE E TEUS IRMÃOS ESTÃO LÁ FORA”

(Mt 12, 47)

SETEMBRO	
1	Dom
2	2ª
3	3ª
4	4ª
5	5ª
6	6ª
7	Sáb
8	Dom
9	2ª Retiro do Clero – Macedo de Cavaleiros <i>Organizado pela Diocese de Bragança-Miranda e aberto às dioceses de Guarda, Viseu e Lamego</i>
10	3ª Retiro do Clero – Macedo de Cavaleiros <i>Organizado pela Diocese de Bragança-Miranda e aberto às dioceses de Guarda, Viseu e Lamego</i>
11	4ª Retiro do Clero – Macedo de Cavaleiros <i>Organizado pela Diocese de Bragança-Miranda e aberto às dioceses de Guarda, Viseu e Lamego</i>
12	5ª Retiro do Clero – Macedo de Cavaleiros <i>Organizado pela Diocese de Bragança-Miranda e aberto às dioceses de Guarda, Viseu e Lamego</i>
13	6ª Retiro do Clero – Macedo de Cavaleiros <i>Organizado pela Diocese de Bragança-Miranda e aberto às dioceses de Guarda, Viseu e Lamego</i>
14	Sáb

15	Dom	
16	2ª	
17	3ª	
18	4ª	
19	5ª	
20	6ª	
21	Sáb	
22	Dom	
23	2ª	Encontro Nacional de Formação Pastoral Juvenil Universitária e Vocacional – Fátima <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
24	3ª	Encontro Nacional de Formação Pastoral Juvenil Universitária e Vocacional – Fátima <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
25	4ª	Encontro Nacional de Formação Pastoral Juvenil Universitária e Vocacional – Fátima <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
26	5ª	Encontro Nacional de Formação Pastoral Juvenil Universitária e Vocacional – Fátima <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i> Jornadas nacionais de Comunicação Social - Fátima
27	6ª	Encontro Nacional de Formação Pastoral Juvenil Universitária e Vocacional – Fátima <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i> Jornadas nacionais de Comunicação Social - Fátima
28	Sáb	
29	Dom	
30	2ª	

OUTUBRO

1	3 ^a	Santa Teresinha, Padroeira das Missões <i>Início do “especial Outubro Missionário”</i>
2	4 ^a	
3	5 ^a	
4	6 ^a	
5	Sáb	Jornada Pastoral Diocesana: “Papa Francisco e a Missão”, com Apresentação do Plano Pastoral Diocesano <i>no Seminário da Guarda</i>
6	Dom	
7	2 ^a	
8	3 ^a	
9	4 ^a	
10	5 ^a	
11	6 ^a	
12	Sáb	1. ^a Reunião de Professores de EMRC - Guarda <i>Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar</i> Dia Diocesano do Catequista, Seminário Guarda <i>Departamento da Catequese Infância e Adolescência</i>
13	Dom	Peregrinação Internacional a Fátima <i>“especial Outubro Missionário”</i>
14	2 ^a	
15	3 ^a	
16	4 ^a	
17	5 ^a	
18	6 ^a	
19	Sáb	Conselho Diocesano – Tortosendo <i>Ação Católica Rural</i> Jornadas Marianas – Seminário da Guarda <i>Movimento Mensagem de Fátima</i>

		Dia Mundial das Missões, em Fátima Encerramento do ano missionário, em celebração promovida pela CEP
20	Dom	Dia Mundial das Missões - Sé da Guarda (18h00) <i>com instituição no Ministério de Acólito dos candidatos à Ordenação de Diácono permanente.</i>
		Início da Semana Nacional da Educação Cristã
21	2ª	Semana Nacional da Educação Cristã
22	3ª	Semana Nacional da Educação Cristã Aniversário da Dedicção da Catedral
23	4ª	Semana Nacional da Educação Cristã
24	5ª	Semana Nacional da Educação Cristã
25	6ª	Jornadas Nacionais da Catequese, Fátima <i>Departamento da Catequese Infância e Adolescência</i>
		Semana Nacional da Educação Cristã
26	Sáb	Jornadas Nacionais da Catequese, Fátima <i>Departamento da Catequese Infância e Adolescência</i>
		Fórum Ecuménico Jovem – Covilhã <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
		Semana Nacional da Educação Cristã
		Dia do Deserto em Fátima <i>Movimento Mensagem de Fátima</i>
27	Dom	Jornadas Nacionais da Catequese - Fátima <i>Departamento da Catequese Infância e Adolescência</i>
		Encerramento da Semana Nacional da Educação Cristã
28	2ª	
29	3ª	
30	4ª	
31	5ª	

NOVEMBRO

1	6 ^a	Solenidade de Todos os Santos
2	Sáb	Comemoração dos Fiéis Defuntos <i>Celebração na Igreja da Misericórdia e Romagem ao Cemitério</i>
3	Dom	
4	2 ^a	
5	3 ^a	
6	4 ^a	
7	5 ^a	
8	6 ^a	
9	Sáb	Jornada Diocesana de estudo sobre Unidades Pastorais <i>no Seminário da Guarda</i>
10	Dom	Abertura da Semana dos Seminários
11	2 ^a	Semana dos Seminários Plenário da Conferência Episcopal em Fátima
12	3 ^a	Semana dos Seminários Plenário da Conferência Episcopal em Fátima
13	4 ^a	Semana dos Seminários Plenário da Conferência Episcopal em Fátima
14	5 ^a	Semana dos Seminários Plenário da Conferência Episcopal em Fátima
15	6 ^a	Semana dos Seminários
16	Sáb	Semana dos Seminários Formação Escutismo Seguro <i>CNE</i>
17	Dom	Encerramento da Semana dos Seminários Formação Escutismo Seguro <i>CNE</i>

18	2ª	Retiro do Clero – Seminário da Guarda
19	3ª	Retiro do Clero – Seminário da Guarda
20	4ª	Retiro do Clero – Seminário da Guarda
21	5ª	Retiro do Clero – Seminário da Guarda
22	6ª	Retiro do Clero – Seminário da Guarda
23	Sáb	Recoleção para Diáconos permanentes e famílias Sufrágio pelo Diáconos falecidos
24	Dom	Solenidade de Cristo-Rei
25	2ª	
26	3ª	
27	4ª	
28	5ª	
29	6ª	Conselho Presbiteral
30	Sáb	Conselho Pastoral Diocesano
DEZEMBRO		
1	Dom	I Domingo do Advento
2	2ª	Recoleção de Advento do Clero <i>Sufrágio pelos Sacerdotes falecidos</i>
3	3ª	
4	4ª	
5	5ª	
6	6ª	
7	Sáb	
8	Dom	Solenidade da Imaculada Conceição - II Dom. do Advento
9	2ª	
10	3ª	Encontro de Natal do Clero - Paul
11	4ª	Encontro de Natal do Clero - Pinhel

12	5ª	Apresentação da Mensagem de Natal pelo Bispo Diocesano <i>Paço Episcopal — Secretariado Dioc, dos Meios de Comunicação Social</i>
13	6ª	
14	Sáb	
III Domingo do Advento		
15	Dom	Formação sobre Mensagem de Fátima – Orjais <i>Movimento Mensagem de Fátima</i>
16	2ª	Encontro Nacional de Equipas de Nossa Senhora (ENS) <i>Fátima — ENS</i>
17	3ª	Encontro Nacional de Equipas de Nossa Senhora (ENS) - <i>Fátima — ENS</i>
18	4ª	
19	5ª	
20	6ª	Fim-de-semana hospitaleiro - Casa de Saúde Bento Menni <i>Juventude Hospitaleira</i>
21	Sáb	Fim-de-semana hospitaleiro - Casa de Saúde Bento Menni <i>Juventude Hospitaleira</i>
		Luz da Paz de Belém - Covilhã <i>CNE</i>
IV Domingo do Advento		
22	Dom	Fim-de-semana hospitaleiro - Casa de Saúde Bento Menni <i>Juventude Hospitaleira</i>
23	2ª	
24	3ª	
25	4ª	Solenidade do Natal do Senhor
26	5ª	
27	6ª	
28	Sáb	
29	Dom	Festa da Sagrada Família
30	2ª	

31 3ª

JANEIRO

1 4ª Solenidade de Santa Maria, Mãe de Deus
Dia Mundial da Paz

2 5ª

3 6ª

4 Sáb

5 Dom Epifania do Senhor
Dia da Infância e Adolescência Missionária
Secretariado Diocesano das Missões

6 2ª

7 3ª

8 4ª

9 5ª

10 6ª

11 Sáb Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Fundão

12 Dom Baptismo do Senhor
Encontro de Formação Inter-diocesano - Mangualde
Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar
Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Fundão

13 2ª

14 3ª

15 4ª

16 5ª

17 6ª

18 Sáb

19	Dom	Início da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
		Formação sobre Mensagem de Fátima – Vila do Carvalho <i>Movimento Mensagem de Fátima</i>
20	2ª	Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
21	3ª	Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
22	4ª	Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
23	5ª	Assembleia da Fundação Nun'Álvares Assembleia do Instituto Comunhão e Partilha
24	6ª	Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos Divulgação da mensagem para o Dia Mundial dos Meios de Comunicação Social <i>Secretariado Diocesano dos Meios de Comunicação Social</i>
25	Sáb	Festa da Conversão de S. Paulo Encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
26	Dom	
27	2ª	
28	3ª	
29	4ª	
30	5ª	
31	6ª	
FEVEREIRO		
1	Sáb	Formação equipas da Pastoral Juvenil para as dioceses do Centro – Viseu <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
2	Dom	Festa da Apresentação do Senhor Encontro de Jovens consagrados – Covilhã <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>

3	2 ^a	
4	3 ^a	
5	4 ^a	
6	5 ^a	
7	6 ^a	
8	Sáb	Curso geral de Catequese - Seminário Guarda <i>Departamento da Catequese Infância e Adolescência</i>
9	Dom	
10	2 ^a	
11	3 ^a	Dia Mundial do Doente
11	3 ^a	Aniversário da fundação da Liga dos Servos de Jesus Jornadas de formação do clero - Seminário da Guarda
12	4 ^a	Jornadas de formação do clero - Seminário da Guarda
13	5 ^a	
14	6 ^a	
15	Sáb	Encontros de Formação para Equipas de Nossa Senhora <i>ENCam, EECOM, EENF, EEApof</i> Encontro Regional – Vale de Prazeres <i>Ação Católica Rural</i> 2. ^a Reunião de Professores de EMRC - Guarda <i>Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar</i>
16	Dom	Encontros de Formação para Equipas de Nossa Senhora <i>ENCam, EECOM, EENF, EEApof</i>
17	2 ^a	
18	3 ^a	
19	4 ^a	
20	5 ^a	
21	6 ^a	Conselho Presbiteral

22	Sáb	Conselho Pastoral Diocesano
23	Dom	
24	2ª	
25	3ª	
26	4ª	Início da Quaresma. Quarta-feira de Cinzas 19H00 – Celebração na Sé presidida pelo Bispo Diocesano
27	5ª	
28	6ª	
29	Sáb	Encontro Regional Pioneiro - Boidobra <i>CNE</i>

MARÇO

I Domingo da Quaresma		
1	Dom	Encontro Regional Pioneiro - Boidobra <i>CNE</i>
2	2ª	Recoleção quaresmal do Clero Início do retiro do episcopado - Fátima
3	3ª	Retiro do episcopado - Fátima
4	4ª	Retiro do episcopado - Fátima
5	5ª	Retiro do episcopado - Fátima
6	6ª	Retiro do episcopado - Fátima
7	Sáb	Jornada Pastoral Diocesana sobre a realidade juvenil <i>no Seminário da Guarda</i> Encontro Regional de Guias <i>CNE</i>
II Domingo da Quaresma		
8	Dom	
9	2ª	
10	3ª	

11	4ª	
12	5ª	
13	6ª	7º aniversário da eleição do papa Francisco Retiro de Quaresma para Jovens – Penhas Douradas <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
14	Sáb	Retiro de Quaresma para Jovens – Penhas Douradas <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i> Retiro Quaresmal – Seminário da Guarda <i>Movimento Mensagem de Fátima</i> Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Trancoso
15	Dom	III Domingo da Quaresma Retiro de Quaresma para Jovens – Penhas Douradas <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i> Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Trancoso
16	2ª	
17	3ª	
18	4ª	
19	5ª	Solenidade de S. José
20	6ª	24 horas para o Senhor <i>iniciativa do papa Francisco</i>
21	Sáb	24 horas para o Senhor <i>iniciativa do papa Francisco</i>
22	Dom	IV Domingo da Quaresma
23	2ª	
24	3ª	XXIII Encontro Inter-escolas - Pinhel <i>Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar</i>
25	4ª	Solenidade da Anunciação do Senhor
26	5ª	
27	6ª	

28	Sáb	Retiro de Catequista - Seminário Guarda <i>Departamento da Catequese Infância e Adolescência</i>
		Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Fundão
29	Dom	V Domingo da Quaresma
		Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Fundão
30	2ª	
31	3ª	
ABRIL		
1	4ª	
2	5ª	
3	6ª	Vigília da Quaresma <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
4	Sáb	Encontro Regional Explorador <i>CNE</i>
5	Dom	Domingo de Ramos, entrega da Renúncia Quaresmal
		Dia Mundial da Juventude
		Encontro Regional Explorador <i>CNE</i>
6	2ª	
7	3ª	
8	4ª	
9	5ª	Quinta-feira Santa: Missa Crismal (10h30) seguida de Convívio Sacerdotal no Seminário da Guarda. Início do Tríduo Pascal: Missa vespertina da Ceia do Senhor (19h00)
10	6ª	Sexta-feira Santa: Ofício de Leituras e Laudes, na Catedral Comemoração da Morte do Senhor, na Sé Catedral (17h30)
		Fim-de-semana Hospitaleiro - Casa de Saúde Bento Menni <i>Juventude Hospitaleira</i>

11	Sáb	Fim-de-semana Hospitaleiro - Casa de Saúde Bento Menni <i>Juventude Hospitaleira</i>
		Sábado Santo: Ofício de Leituras e Laudes, na Sé Catedral Vigília Pascal, na Sé Catedral (22h00)
12	Dom	Solenidade da Páscoa da Ressurreição
		Fim-de-semana Hospitaleiro <i>Juventude Hospitaleira, casa de Saúde Bento Menni</i>
13	2ª	
14	3ª	
15	4ª	
16	5ª	
17	6ª	X Encontro Nacional do Ensino Secundário - Guimarães <i>Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar</i>
18	Sáb	X Encontro Nacional do Ensino Secundário - Guimarães <i>Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar</i>
		Primeira reunião preparatória para seleção de doentes <i>Sabugal — Movimento Mensagem de Fátima</i>
		Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Pinhel
19	Dom	II Domingo da Páscoa – Festa da Divina Misericórdia
		Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Pinhel
20	2ª	Assembleia Plenária da Conferência Episcopal
21	3ª	Assembleia Plenária da Conferência Episcopal
22	4ª	Assembleia Plenária da Conferência Episcopal
		3.º Encontro dos alunos do 9.º ano - Seia <i>Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar</i>
23	5ª	Assembleia Plenária da Conferência Episcopal
24	6ª	
25	Sáb	Encontros de Equipas novas de Nossa Senhora (ENS), Centro <i>EEN</i>

		III Domingo da Páscoa
26	Dom	Encontros de Equipas novas de Nossa Senhora (ENS), Centro <i>EEN</i>
		Início da Semana de Oração pelas vocações de especial consagração
		Comemoração do dia de S. Jorge <i>CNE</i>
27	2ª	Semana de Oração pelas vocações de especial consagração
28	3ª	Semana de Oração pelas vocações de especial consagração
29	4ª	Semana de Oração pelas vocações de especial consagração
30	5ª	Semana de Oração pelas vocações de especial consagração

MAIO

		Semana de Oração pelas vocações de especial consagração
1	6ª	Jornada Pastoral Diocesana sobre a realidade familiar – Seminário da Guarda
		Convívio Fraterno <i>Convívios Fraternos</i>
2	Sáb	Semana de Oração pelas vocações de especial consagração
		Convívio Fraterno <i>Convívios Fraternos</i>
		Fátima Jovem - Fátima <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
		IV Domingo da Páscoa - Domingo do Bom Pastor
3	Dom	Dia Mundial de Oração pelas Vocações de especial consagração
		Convívio Fraterno <i>Convívios Fraternos</i>
		Fátima Jovem - Fátima <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
4	2ª	

5	3ª	Passeio e convívio do Clero
6	4ª	Passeio e convívio do Clero
7	5ª	
8	6ª	
9	Sáb	Dia Diocesano da Juventude e das Vocações e Festival Diocesano da Canção - Gouveia <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
10	Dom	V Domingo da Páscoa
11	2ª	
12	3ª	
13	4ª	Peregrinação anual internacional aniversária de Fátima
14	5ª	Formação Escutismo Seguro (animathom) — CNE Aniversário do jornal “A Guarda”
14	5ª	Apres. da Mensagem para os Meios de Comunicação Social <i>Secretariado Diocesano dos Meios de Comunicação Social</i>
15	6ª	Formação Escutismo Seguro (animathom) — CNE
16	Sáb	
17	Dom	VI Domingo da Páscoa
18	2ª	
19	3ª	
20	4ª	
21	5ª	
22	6ª	XX Encontro Nacional do 1.º Ciclo - Fátima <i>Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar</i>
23	Sáb	
24	Dom	Solenidade da Ascensão do Senhor - VII Domingo da Páscoa Dia Mundial das Comunicações Sociais <i>Secretariado Diocesano dos Meios de Comunicação Social</i>

25	2ª	
26	3ª	
27	4ª	
28	5ª	
29	6ª	
30	Sáb	Assembleia de Serviços Diocesanos de Pastoral Assembleia de Movimentos e Obras de Apostolado da Diocese <i>Secretariado Diocesano da Coordenação Pastoral</i>
		Segunda reunião preparatória para seleção de doentes <i>Sabugal — Movimento Mensagem de Fátima</i>
		Formação de responsáveis de sector <i>FRS</i>
31	Dom	Solenidade do Pentecostes
JUNHO		
1	2ª	
2	3ª	
3	4ª	
4	5ª	
5	6ª	Conselho Presbiteral
6	Sáb	Conselho Pastoral Diocesano
		Encontro regional Lobito - Belmonte <i>CNE</i>
		Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Fundão
7	Dom	Solenidade da Santíssima Trindade
		Encontro regional Lobito - Belmonte <i>CNE</i>
		Curso de Preparação para o Matrimónio (CPM) - Fundão
8	2ª	

9	3ª	
10	4ª	
11	5ª	Solenidade do Corpo e Sangue de Cristo
12	6ª	
13	Sáb	
14	Dom	
15	2ª	
16	3ª	
17	4ª	
18	5ª	
19	6ª	Solenidade do Sagrado Coração de Jesus Dia Mundial de oração pela santificação dos sacerdotes
20	Sáb	
21	Dom	Dia da Amizade – Barco <i>Ação Católica Rural</i>
22	2ª	
23	3ª	
24	4ª	
25	5ª	
26	6ª	
27	Sáb	Reunião com doentes seleccionados <i>Movimento Mensagem de Fátima</i>
28	Dom	
29	2ª	Retiro do Clero – Viseu <i>Organizado pela Diocese de Viseu e aberto às dioceses de Guarda, Lamego e Bragança-Miranda</i>
30	3ª	Retiro do Clero – Viseu <i>Organizado pela Diocese de Viseu e aberto às dioceses de Guarda, Lamego e Bragança-Miranda</i>

JULHO

1	4 ^a	Retiro do Clero – Viseu <i>Organizado pela Diocese de Viseu e aberto às dioceses de Guarda, Lamego e Bragança-Miranda</i>
2	5 ^a	Retiro do Clero – Viseu <i>Organizado pela Diocese de Viseu e aberto às dioceses de Guarda, Lamego e Bragança-Miranda</i>
3	6 ^a	Retiro do Clero – Viseu <i>Organizado pela Diocese de Viseu e aberto às dioceses de Guarda, Lamego e Bragança-Miranda</i>
4	Sáb	
5	Dom	
6	2 ^a	
7	3 ^a	
8	4 ^a	
9	5 ^a	
10	6 ^a	Retiro dos doentes – Fátima <i>Movimento Mensagem de Fátima</i>
11	Sáb	Retiro dos doentes – Fátima <i>Movimento Mensagem de Fátima</i> 3. ^a Reunião de Professores de EMRC - Almeida <i>Departamento Diocesano do Ensino Religioso Escolar</i>
12	Dom	Retiro dos doentes – Fátima <i>Movimento Mensagem de Fátima</i>
13	2 ^a	Retiro dos doentes – Fátima <i>Movimento Mensagem de Fátima</i>
14	3 ^a	
15	4 ^a	Passeio Diocesano de catequistas <i>Departamento da Catequese Infância e Adolescência</i>
16	5 ^a	
17	6 ^a	
18	Sáb	

19	Dom
20	2ª
21	3ª
22	4ª
23	5ª
24	6ª
25	Sáb
26	Dom
27	2ª
28	3ª
29	4ª
30	5ª
31	6ª

AGOSTO

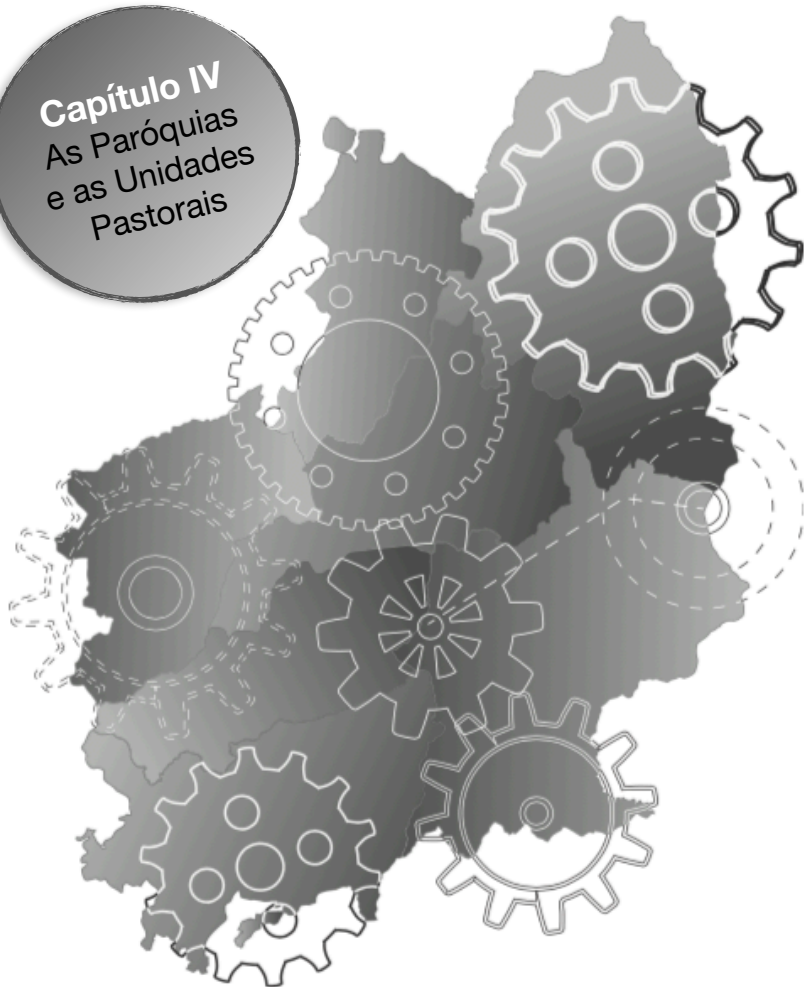
1	Sáb
2	Dom
3	2ª Campo de Férias Jovem – Penamacor <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
4	3ª Campo de Férias Jovem – Penamacor <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
5	4ª Campo de Férias Jovem – Penamacor <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
6	5ª Campo de Férias Jovem – Penamacor <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
7	6ª Campo de Férias Jovem – Penamacor <i>Departamento da Pastoral Juvenil, Universitária e Vocacional</i>
8	Sáb
9	Dom

10	2ª
11	3ª
12	4ª
13	5ª
14	6ª
15	Sáb
16	Dom
17	2ª
18	3ª
19	4ª Peregrinação Diocesana a Fátima
20	5ª Peregrinação Diocesana a Fátima
21	6ª
22	Sáb
23	Dom
24	2ª
25	3ª
26	4ª
27	5ª
28	6ª
29	Sáb
30	Dom
31	2ª

Nota: Os Secretariados e Departamentos da Diocese têm mais atividades que não estão incluídas neste calendário, mas que serão divulgadas atempadamente, bem como os Movimentos e Associações Eclesiais e as Congregações e os Institutos de Vida Consagrada.

Proposta para uma reorganização da Diocese da Guarda

Capítulo IV As Paróquias e as Unidades Pastorais



Comissão Diocesana
para a Reorganização da Diocese

Sentindo-se uma necessidade de estudar, reflectir e aprofundar mais o caminho de renovação na diocese, sobretudo no que se refere às Unidades Pastorais, achou-se por bem inserir neste Plano e Calendário Pastoral, o quarto capítulo da “Proposta para uma reorganização da Diocese da Guarda”. Deste modo pretende-se que este estudo fique mais acessível aos diversos agentes pastorais e fiéis cristãos diocesanos. Para se compreender e enquadrar melhor o que se refere a este capítulo da proposta, publicam-se igualmente alguns números da introdução global da mesma, e salienta-se que o estudo foi feito tendo presente a necessidade de reorganizar, igualmente, os serviços diocesanos de pastoral, a presença dos movimentos, obras de apostolado e associações de fiéis na diocese, e os arciprestados. É possível encontrar mais informações na referida Proposta.

As paróquias

6. Em termos de divisão territorial, a Diocese possui 359 paróquias. A sua maioria são paróquias rurais e presididas por um clero maioritariamente idoso. As ordenações sacerdotais dos últimos tempos não são, nem serão nos tempos mais próximos, suficientes para assegurar devidamente o habitual serviço paroquial. Neste sentido, pode-se afirmar que o modelo do passado, uma paróquia, um pároco, salvo raras excepções, não é mais possível na actualidade. As pequenas dimensões de algumas comunidades paroquiais, sobretudo nas regiões mais desertificadas, e uma prática cristã reduzida em muitas outras, impedem-nas de ter o dinamismo necessário ou confrontam-nas com a falta de meios humanos e materiais para sobreviverem com qualidade. A uma escala maior, as possibilidades de qualidade celebrativa, catequética, evangelizadora, sócio-caritativa talvez possam ser maiores. Na verdade, as paróquias têm cada vez menos condições para desempenhar de maneira eficaz a

sua missão, por causa da redução demográfica, de uma distribuição diferente da população na área, e da mobilidade das pessoas que altera o seu relacionamento com a pertença territorial e a diminuição do número de sacerdotes.

Sacerdócio ministerial

7. Segundo os relatórios da Diocese, existiam à data de 1 de Novembro de 2018, 130 sacerdotes incardinados, embora apenas sejam 86 aqueles que exercem uma actividade pastoral na Diocese, como párocos, cooperadores ou administradores. Deste grupo, 33 sacerdotes têm acima de 73 anos, embora sejam responsáveis, na totalidade, por 119 paróquias. No que se refere a ordenações, constata-se que nos últimos dez anos foram ordenados apenas 13 sacerdotes, sendo que nos últimos cinco apenas foram ordenados dois. A fazer o seu discernimento estão somente dois seminaristas a frequentar Teologia no Seminário Maior Interdiocesano, dois que, fora do Seminário, procuram ultimar o seu currículo académico em Teologia e um (já ordenado diácono) em estágio pastoral. No pré-seminário estão cerca de sete adolescentes ou jovens.

8. Esta realidade, que se constata igualmente a nível nacional, segundo dados estatísticos apresentados pelo Vaticano em maio de 2017, que demonstram que, por exemplo, de 2000 a 2015, o número de sacerdotes diocesanos baixou de 3159 para 2524, pode alarmar-nos. Contudo, deveria animar-nos a buscar opções e soluções mais adequadas. O exemplo que vem de países que habitualmente são conotados como países de missão, leva-nos a pensar. Existem, por exemplo, Dioceses com centenas de milhares de habitantes e com menos de 20 ou 30 sacerdotes. O mais surpreendente é que se fica com a sensação de que esses sacerdotes estão aparentemente menos *stressados* que os da Europa. Ao mesmo tempo, há milhares de

cristãos que, em comunhão com o sacerdote, animam comunidades vivas, comprometidas, que entendem a impossibilidade de terem a presença constante de um sacerdote. Nestas comunidades, não gira tudo em redor do padre.

Participação e corresponsabilidade laical

9. Já antes do Concílio Vaticano II se vinha assistindo a uma participação dos fiéis leigos, sobretudo através de alguns movimentos, associações de fiéis e obras de apostolado. Com o impulso dado pelo Concílio, e de acordo com a eclesiologia dele emanada, assistiu-se, ao longo destes cinquenta anos, a um reforço da participação e corresponsabilidade laical. A Diocese da Guarda viveu essa realidade de modo similar, não só ao nível destas agregações laicais, mas também ao nível da participação dos leigos na vivência e animação litúrgicas dentro das comunidades cristãs, e ao nível da sua intervenção nos serviços pastorais, tanto paroquiais como diocesanos. Intensificou-se igualmente a sua formação religiosa. Sente-se, contudo, que ainda há um longo caminho a percorrer para se efectivar, na prática, a inclusão dos leigos e a corresponsabilidade entre todos os baptizados.

Renovação

10. Nos últimos tempos a Igreja Católica tem atravessado momentos particularmente difíceis. Também esta Diocese não é imune às dificuldades que a impedem de cumprir o mandato que Jesus lhe confiou. Alguns referem-se a este contexto como um tempo de crise: crise de Deus, crise do homem, crise de sociedade, crise de cultura, crise de fé. Tudo parece estar em crise. Que fazer então? Como as crises começam por se resolver a partir de dentro, perguntamo-nos se não serão estes tempos de crise uma oportunidade para a Igreja, e nomeadamente esta Igreja particular, fazer um exame de consciência

e redescobrir a sua identidade e vocação. Cremos que não basta saber a missão que tem. É necessário que todos os seus membros, desde os que têm maiores responsabilidades aos que constituem a sua maioria, isto é, os leigos, assumam essa mentalidade missionária no todo da acção eclesial. Talvez seja esse o primeiro passo que a nossa Diocese deva dar, para ser fiel a si mesma e não se tornar autorreferencial.

11. Por isso somos de opinião que a Diocese da Guarda, como Igreja particular, precisa ainda de olhar-se a si mesma, como “*sacramento universal de salvação*” (LG 48), evocando os que consideramos serem momentos fundamentais do dinamismo vital que a leve a recolher-se para, depois, se dispersar, a reunir-se para, depois, se sentir continuamente lançada no mundo, para anunciar e ser testemunha do Reino, do qual é germen e primícia: convocação, comunhão e missão. Só depois de se olhar a si mesma na sua essência, identidade e vocação, ela poderá responder a perguntas que precisa ver respondidas: Que projecto de Igreja deve orientar esta Diocese? Que reestruturação ou reorganização necessita? Que projecto pastoral adoptar se queremos, de verdade, anunciar a Boa Nova no mundo de hoje?

12. Parece-nos que as soluções não passam pela manutenção ou conservação, mas pelo assumir, com maior consciência, a missão outorgada por Cristo à Igreja: “*Ide por todo o mundo, e anunciai a Boa Nova a toda a criatura*” (Mc 16, 15). Segundo diz Paulo VI, “*Evangelizar é a graça e a vocação própria da Igreja, a sua identidade mais profunda. Ela existe para evangelizar*” (EN 14). Evangeliza com tudo o que é, diz, faz, comunica e mostra. A Diocese, como Igreja-comunhão, não necessita reestruturar-se para manter o “*sempre se fez assim*”, mas para cumprir a sua missão como Igreja particular, como Igreja-comunhão, num caminho que se deseja seja o

próprio da sua essência, a comunhão entre todos os seus membros, com inclusão de todos os carismas, dons e ministérios. “Comunhão e Missão” são dois traços, intimamente ligados, do rosto da Igreja tal como Jesus a sonhou e quis, e tal como a vem realizando no tempo e no espaço, com a luz e a força do Espírito Santo. Dizia a exortação *Christifidelis* Laici: “*a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão*” (32). O conteúdo e o fruto da missão é a comunhão de Deus com os homens e destes entre si. Assim, o caminho missionário da Igreja exige, concretiza-se e frutifica como caminho de comunhão. A comunhão define, pois, o quadro global e unitário, o horizonte da missão e da acção pastoral, o seu estilo e o seu método.

13. A verdadeira reforma eclesial que o Papa Francisco tem proposto, passa, em primeiro lugar, por uma mudança de mentalidade, por uma conversão da própria Igreja (cf. EG 26). Ele quer uma Igreja mais participativa e aberta, mais descentralizada e fluida, mais disposta a assumir riscos, menos preocupada com a conformidade doutrinal, menos clerical e, acima de tudo, centrada em Cristo, o Cristo que constantemente vem ao encontro dos homens. Parece tornar-se evidente a necessidade de uma pastoral integrada, abandonando qualquer pretensão de autossuficiência ou manutenção, e procurando a inclusão prática da acção laical, uma acção pastoral mais em consonância com a eclesiologia emanada do Concílio Vaticano II.

Na encruzilhada dos tempos em que nos encontramos, não podemos deixar-nos perder em pessimismos estéreis (cf. EG 84-86). Urge uma renovação, ou como foi mencionado na 1ª Sessão da Assembleia Diocesana de 2017, uma reorganização da Diocese, tanto a nível territorial, como pastoral e estrutural, para melhor corresponder à sua vocação.

IV

AS PARÓQUIAS E AS UNIDADES PASTORAIS

Das comunidades cristãs primitivas às paróquias

81. Logo nos inícios do cristianismo se percebeu que a fé cristã também deveria ser “eclesial”. Quem aderira a Jesus e à Boa Nova, juntava-se aos companheiros de fé, formando pequenas comunidades, que se reuniam nas casas, a *domus ecclesiae*. Nos finais da era apostólica, só em Roma havia mais de quarenta comunidades deste tipo. À medida que o cristianismo se foi expandindo, tornou-se necessário organizar as comunidades cristãs. Nos séculos II e III a unidade pastoral era a *civitas* (cidade). A paróquia, termo que procede do latim “*parochia*” e do grego “*paroikía*”, e que significa vizinhança, era praticamente o que hoje chamamos diocese, onde os presbíteros exerciam colegialmente o seu ministério com o Bispo. Quando começaram a surgir várias comunidades rurais, a partir do século V, o termo “paróquia” passou a designar a paróquia rural, para assegurar ali a acção pastoral, para a qual se designava um presbítero. Estas paróquias eram, porém, muito mais funcionais que territoriais. A partir do século X começou a usar-se amplamente o termo “paróquia”. Mas foi no Concílio de Trento (1545-1563), no decreto *De Reformatione*, que se sancionou o estatuto jurídico da paróquia, considerada como um dos órgãos principais da pastoral. Ali foram definidas as paróquias como limites territoriais específicos, com base na quantidade de “almas” presentes em cada região. Desta forma, o pároco ficaria incumbido do cuidado espiritual e sacramental de todos os que vivessem dentro daquele território.

A Paróquia

82. Segundo o Directório para o Ministério Pastoral dos Bispos *Apostolorum Successores*, cada Diocese deve dividir-se em paróquias, que são comunidades de fiéis constituídas de forma estável e confiadas a um pároco como seu pastor (cf. nº 210). Também no Concílio Vaticano II, a constituição *Sacrosanctum Concilium* refere: “*Como na sua Igreja o Bispo nem sempre pode presidir pessoalmente e em todo o lugar a todo o seu rebanho, deve por isso constituir assembleias de fiéis, entre as quais têm lugar proeminente as paróquias organizadas localmente sob a guia de um pastor que faz as vezes do Bispo: elas representam, de facto, a Igreja visível estabelecida em toda a terra*” (SC 42). A paróquia é, de facto, uma célula viva da Igreja particular, um espaço privilegiado da acção apostólica. Nesse sentido, refere a exortação apostólica *Christifidelis Laici*, que “*embora possua uma dimensão universal, a comunhão eclesial encontra a sua expressão mais imediata e visível na paróquia; esta é a última localização da Igreja; é, em certo sentido, a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas*” (26).

83. Em termos jurídicos, o Código de Direito Canónico define a paróquia como “*uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano*” (c. 515 §1). Mas ela é mais que uma estrutura jurídica, um território, um edifício (cf. ChL 26). Segundo a Exortação *Evangelii Gaudium*: “*A paróquia é presença eclesial no território, âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração*”. É uma “*comunidade de comunidades, santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar, e centro de*

constante envio missionário” (28). É sobretudo “*a família de Deus, como uma fraternidade animada pelo espírito de unidade*” (LG 28). É, portanto, mais que um território ou uma estrutura onde se vivência, celebra e aprende a fé. É uma comunidade orgânica de fé. Daí que a paróquia, como comunidade cristã, seja, sem dúvida, um modelo privilegiado de transmissão, vivência e celebração da fé.

84. Assim, a paróquia não deveria pensar-se como um mero aglomerado social de indivíduos batizados, uma instituição puramente jurídico-administrativa, ou uma simples estação de serviços religiosos. O que define uma autêntica comunidade cristã, não é um conjunto de fiéis ou uma comunidade para os fiéis, mas uma comunidade de fiéis. A paróquia deveria ser uma comunidade unida e corresponsável (cf. AS nº 211), que acolhe e ajuda a caminhar na fé, que ora e celebra, que programa, coordena e avalia a acção pastoral, que se compromete a favor dos mais débeis, que evangeliza.

A situação actual

85. Estamos num tempo marcado por profundas transformações sociais que têm implicações claras com a religiosidade. No caso concreto da nossa Diocese, uma grande percentagem de paróquias deixou de ter os recursos mínimos necessários para o habitual funcionamento e para cumprir a sua missão, o que se agrava pelo decréscimo populacional crescente. Existem actualmente paróquias com menos de 50 habitantes, e Assembleias Dominicais com menos de 20 participantes e, na sua maioria, de idade avançada.

86. As paróquias vivem cada vez mais de rotinas paralisantes, com entendimentos e modos de actuar insuficientes, com um leque de serviços de culto, de pastoral e de administração insipiente. A

Catequese de Infância e Adolescência, por exemplo, que era o espaço privilegiado de formação cristã ou transmissão da fé, não tem alcançado os seus objectivos de iniciar e fazer amadurecer a fé. Entretanto, grande parte das paróquias deixou de poder organizar a catequese, sobretudo pela falta de catequizandos.

No que se refere ao culto, muitas das paróquias não conseguem ter um número necessário de leitores e um grupo coral considerado adequado à dignidade da celebração. Tem reduzido o número de baptizados e matrimónios, em contraposição com o aumento de serviços exequiais. Em muitos casos é difícil, inclusive, ter um conselho pastoral e um conselho económico, assim como assegurar o serviço sócio-caritativo.

Parece-nos também que as paróquias continuam a ser pensadas fundamentalmente para crentes. E mesmo, de entre esses, os que colaboram são muito poucos, sempre os mesmos e os mesmos em tudo. Algumas paróquias surgem como um mosaico de grupos, tarefas e actividades dispersas, sem unidade de conjunto e sem nenhum programa definido.

87. No Ocidente, e de uma forma quase geral, a paróquia tem vindo a deixar de ser o centro de vida das pessoas e a deixar de ter exclusividade para a caminhada de fé dos cristãos. Muitas vezes, a sua acção tem-se centrado em demasia no que podemos chamar de sacramentalização, sem preocupação por uma autêntica conversão de coração, sem envolvimento na comunidade, sem ocorrer o encontro com Cristo, sem uma fé esclarecida. O catolicismo tem-se desinstitucionalizado, baseado num poder crer sem pertencer e num pertencer sem celebrar. Nem sempre as pessoas que vivem numa determinada paróquia são uma comunidade cristã natural. Talvez coabitem juntas, mas não vivam propriamente em conjunto.

Pese embora a configuração da paróquia se tenha aproximado de um estilo mais familiar e tenha melhorado o acolhimento no seu seio, onde os leigos começaram a participar um pouco mais, há ainda muito mais a fazer.

88. Esta Comissão é de opinião que as paróquias já não podem ser estruturas estáticas e territoriais, centralizadas no pároco, mas devem procurar uma gestão mais colegial, mais aberta, com tarefas, serviços e responsabilidades partilhadas, com uma clara participação dos leigos, que deveriam ser mais comprometidos e ter maior formação cristã. Como refere a exortação *Christifidelis Laici*: “*Nas actuais circunstâncias, os fiéis leigos podem e devem fazer muitíssimo para o crescimento de uma autêntica comunhão eclesial no seio das suas paróquias e para o despertar do impulso missionário em ordem aos não crentes e, mesmo, aos crentes que tenham abandonado ou arrefecido a prática da vida cristã*” (27). As paróquias autosuficientes e centradas no pároco, correspondem mais a um estilo de conservação que a um estilo missionário ou evangelizador.

89. A nossa civilização é significativamente móvel, e esta mobilidade repercute-se, sem dúvida, nas nossas paróquias, marcadamente territoriais e estáticas. Se a Igreja não se tornar próxima, peregrina, dinâmica, ser-lhe-á mais difícil evangelizar o mundo da mobilidade e insatisfação. Ainda que as pessoas necessitem de estabilidade num mundo instável, precisam também de aprender a caminhar e a sair de si mesmas e do seu comodismo ou rotinas.

90. É desejável passar de uma “Igreja-massa” a uma “Igreja-comunidade”, do binómio “clero-leigos” para “comunidade-ministérios”, com o fomento de uma pastoral cada vez mais orgânica e de conjunto, em detrimento de uma pastoral clericalizada.

Pensar as paróquias em conjunto, pode alargar os horizontes da missão, pode ajudar a perceber que a Igreja é mais do que um território ou um conjunto de serviços. Já a Exortação Apostólica *Christifidelis Laici* dava conta do imenso trabalho da Igreja nos nossos dias e que, para realizá-lo, a paróquia sozinha não bastava (cf. 26). A ocasião possibilita alcançar-se, de modo mais visível, o anseio do Concílio Vaticano II no que se refere à construção de uma Igreja-comunhão que seja Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo.

91. Embora sabendo da importância e do papel evangelizador das paróquias, como já anotámos, elas têm cada vez menos condições para desempenhar de maneira eficaz a sua missão. É certo que não se trata de uma realidade exclusiva da nossa Diocese, mas é uma realidade que requer, com urgência, novos modelos de paroquialidade ou de organização territorial e pastoral, para que as comunidades cristãs sejam autênticas comunidades onde se inicia, cresce e amadurece na fé, nas suas diferentes dimensões: fé professada, fé celebrada, fé vivida e fé rezada.

Novos modelos de paroquialidade

92. O modelo actual de paróquia, embora ainda essencial como a primeira comunidade do povo cristão e modelo de apostolado comunitário, está a definhar. Talvez o principal desafio com que se depara a nossa Igreja diocesana seja o de reconfigurar a paróquia e a paroquialidade. Os modelos de paroquialidade e de pároco, nos tempos actuais, têm vindo a esgotar-se. Não porque sejam maus modelos, mas porque se tornam inadequados à realidade. Assim, é necessário repensar as estruturas pastorais de acordo com as circunstâncias actuais.

93. Da leitura atenta, da reflexão séria, do debate alargado e da auscultação feita à comunidade diocesana, especialmente presbíteros, verificou-se que a extinção legal de paróquias pode não ser o caminho a seguir. Embora possa não ser a melhor opção pastoral e jurídica, a esta Comissão não repugnava a ideia da extinção, se esse fosse o caminho natural de algumas comunidades que terão cada vez menos recursos humanos, logísticos e pastorais para a acção normal e requerida numa paróquia. Parece-nos, no entanto, que as melhores opções são aquelas que, mantendo juridicamente o que está, procurem novos modos de paroquialidade mais consentâneos com o espírito de uma Igreja que se pretende “comunhão”. Talvez seja mais oportuno prever formas de agregação das paróquias que tenham a marca da estabilidade e dêem garantias de futuro a um trabalho que já está em curso ou tem de iniciar.

94. Isto quer dizer que é necessário igualmente que os sacerdotes exerçam e vivam a presidência da comunidade cristã de uma maneira mais apostólica, passando a acompanhar na fé um conjunto de comunidades locais com as suas respectivas equipas pastorais, cuidando da comunhão eclesial entre todas elas e que recordem, constantemente, que a missão evangelizadora é a razão de ser e o coração de todas e cada uma das comunidades locais. Esta presidência implicará coordenação, animação, vigilância e sentido dinâmico do conjunto. Numa comunidade cristã todos somos responsáveis. Por isso se fala tanto da corresponsabilidade como condição básica da comunhão. Nem o pároco deveria aglutinar em si toda a acção da comunidade cristã, nem os leigos se deveriam colocar à margem dessa acção. Pretende-se que, mais do que um funcionário, o pároco seja um pastor, mais do que um administrativo, seja um coordenador. Que evite a tentação de ser um gestor de serviços religiosos, e que transforme a sua vida numa dádiva de amor

à imagem da Trindade Santíssima (cf. Papa Francisco, *comunicação aos sacerdotes*, em 16/03/2018). Pretende-se igualmente que os leigos assumam, de verdade, a sua fé comprometida, evitando, ao mesmo tempo o que os possa transformar em pequenos clérigos ou em meros substitutos dos sacerdotes.

95. Esta Comissão entende que é fundamental repensar o perfil do pároco para encetar novas formas de paroquialidade. No nosso entendimento, deveria, em primeiro lugar, ser um homem que assuma, viva e se comprometa alegremente com o Evangelho. De facto, não basta transmitir uma doutrina. Dizia Paulo VI: *“O homem contemporâneo escuta melhor as testemunhas do que os mestres; ou então se escuta os mestres é porque eles são testemunhas”* (EN 41). Deveria ser profundamente eclesial, viver em estreita comunhão com a Igreja Universal, através da sua Igreja Particular, e em íntima conexão com o presbitério da sua diocese e com o Bispo que a preside. Deveria saber “encarnar-se”, conhecer os problemas das pessoas e, de certo modo, fazê-los seus (cf. AS nº 210). No mesmo sentido, deveria ter abertura suficiente para escutar os outros e deixar-se evangelizar por eles. Espera-se que seja um homem que não procura nem o poder nem o privilégio, mas que viva numa atitude de serviço, que tenha as raízes da sua vida em Cristo e no chamamento a segui-Lo, que seja homem de oração confiante e sincera, que tenha experiência de Deus vivida numa espiritualidade cuidada, que seja instrumento de reconciliação e misericórdia, e que anime e impulsione os membros da comunidade paroquial no seu compromisso evangelizador. Precisamos ainda de sacerdotes que procurem não ser o centro da comunidade, mas encaminhem para Cristo, que é o seu centro.

Unidades Pastorais como possibilidade

96. Segundo o Directório para o Ministério Pastoral dos Bispos, *Apostolorum Successores*, “o Bispo diocesano deverá preocupar-se com a organização das estruturas pastorais, de modo que se adaptem à exigência da cura de almas, numa visão global e orgânica que ofereça a possibilidade de uma penetração profunda. Quando o bem dos fiéis aconselhar, depois de ter ouvido o Conselho Presbiteral, deverá proceder à modificação dos limites territoriais, à divisão das paróquias demasiado grandes ou à fusão das pequenas, à criação de novas paróquias ou de centros para a assistência pastoral de comunidades não territoriais e, inclusive, a um novo ordenamento global das paróquias numa mesma cidade” (nº 214). Já o Código de Direito Canónico, no cânone 374 §1 refere: “A diocese ou outra Igreja particular divide-se em partes distintas ou paróquias”, e no § 2, embora seja uma citação que, para além de justificar a existência de arciprestados ou vigararias forâneas, é plausível e abrangente, refere: “A fim de favorecer a cura pastoral, mediante uma acção comum, podem várias paróquias mais vizinhas unir-se em agrupamentos peculiares”. O mesmo Código prevê formas de colaboração entre paróquias no âmbito do território (cf. c. 555 §1) e recomenda ao Bispo o cuidado de todas as categorias de fiéis, até das que não são atingidas pelo cuidado pastoral ordinário (cf. c. 383 § 1). É oportuno realçar ainda o desejo manifesto do Papa Francisco, a 23 de Julho de 2014, com o pedido que efectuou à Congregação para o Clero de modo que reflectisse sobre “algumas questões relativas à paróquia, o reagrupamento de paróquias no interior da diocese, e algumas possíveis configurações da cura pastoral” (de acordo com o cânone 517 §§ 1-2).

97. No que se refere ao Magistério da Igreja, não se pode afirmar que o assunto “Unidades Pastorais” esteja devidamente tratado. Contudo,

numa pesquisa alargada, esta Comissão descobriu vários projectos e tentativas de concertação e criação de Unidades Pastorais, sobretudo em dioceses ocidentais. Por esse motivo, e analisando algumas dessas experiências, esta Comissão partiu do princípio que estão abertas as portas para a criação de Unidades Pastorais (cf. AS nº 215) e que este é, provavelmente, um dos modelos a desenvolver no futuro próximo ao nível da pastoral territorial.

98. Dado que se reconhece que o modelo de paróquia vigente tem vindo a definhar, às vezes procura-se nas Unidades Pastorais a última tentativa de continuar o modelo de paróquia que existe. Numa grande parte das Unidades Pastorais que têm sido criadas, pelo que pudemos constatar, o que se tem feito é colocar alguns serviços em comum, sobretudo ao nível da formação, e para evitar a multiplicação de esforços do pároco. Contudo, as Unidades Pastorais não deveriam servir para rentabilizar a figura do padre, mas para potenciar a Igreja-comunhão. Verifica-se, assim, a necessidade de que as Unidades Pastorais sejam efectivas estruturas comunitárias.

99. Para além da necessidade resultante da realidade, achamos que as Unidades Pastorais também respondem:

- a) À necessidade de encontrar espaços efectivos para que os fiéis possam viver, celebrar e testemunhar as várias dimensões da comunhão;
- b) À valorização dos carismas com que o Espírito dota os baptizados;
- c) À importância de que a Igreja de Cristo cresça na caridade mediante a prática da verdade;
- d) À função e ao impacto dos modelos comunitários na evangelização da sociedade pluralista e secular;
- e) À eficácia de uma pastoral de conjunto (cf. AS nº 215 b);
- f) À eficácia de programas pastorais mais consertados;

- g) A uma melhoria na gestão dos recursos disponíveis;
- h) Ao direito a ter condições indispensáveis à celebração da fé e à prática da solidariedade, nas quais se inclui necessariamente o indispensável acompanhamento espiritual.

100. As Unidades Pastorais não vêm abolir a estrutura jurídica e pastoral da paróquia nem a figura do pároco para as paróquias singulares. Pretendem estar entre a acção pastoral unitária da Igreja diocesana, que favoreça o cuidado pastoral dos fiéis, através de uma maior comunhão entre paróquias vizinhas e uma melhor valorização dos recursos existentes nas comunidades paroquiais e no território. O sucesso das Unidades Pastorais poderá medir-se, eventualmente, pela capacidade de fazer sobressair as qualidades singulares das comunidades paroquiais de uma ilusória autossuficiência, para fazê-las viver com e para outras comunidades paroquiais.

101. Algumas das proposições saídas da Assembleia Diocesana realizada em 2017, sobretudo na primeira sessão, manifestam intrínseca e extrinsecamente o desejo e a necessidade de implementar na Diocese este tipo de Unidades Pastorais. As proposições que mais claramente nos dão conta disso são a nº 11 e a nº 12 dessa sessão. Esta última refere inclusivamente: *“Caminhe-se paulatinamente para a criação de unidades pastorais, em que haja um pároco moderador, tendo em comum ministérios e serviços, um programa pastoral e um fundo de solidariedade”*. Na verdade, pensar nas Unidades Pastorais, começa por ser caminhar em unidade na pastoral, fazendo “juntos”. Quem talvez tenha mais necessidade das Unidades Pastorais são as comunidades mais pequenas, que se encontram diante de uma escolha: ou fazer uma pastoral diminuta, na qual muitas funções úteis são omissas, ou fazer uma pastoral de conjunto e em conjunto com outras comunidades para conjugar forças e sinergias.

Definição de Unidade Pastoral

102. A definição de Unidade Pastoral não é algo consensual. Para alguns trata-se de um conjunto de paróquias, e para outros de uma espécie de arciprestado. A própria expressão “Unidade Pastoral” é recente. Pode-se afirmar, no entanto, que o seu significado mais profundo representa um lógico ponto de chegada (não necessariamente definitivo), do movimento havido pelos anos cinquenta do século XX, e mais vigorosamente desenvolvido durante o Concílio Vaticano II. Digamos que as Unidades Pastorais resultam de um novo estilo pastoral baseado na eclesiologia de comunhão para facilitar o trabalho pastoral em comum, em face da evangelização, a fim de renovar a vida cristã das comunidades paroquiais com a participação activa de todo o povo de Deus.

103. Podemos chamar Unidade Pastoral a duas ou mais paróquias que têm o mesmo pároco ou a mesma equipa de presbíteros a trabalhar em conjunto e que, respeitando a identidade própria de cada paróquia, caminham no sentido de realizar uma pastoral comum, potenciando, assim, recursos humanos e tempo. Na prática, trata-se de uma colaboração orgânica entre paróquias vizinhas, colaboração promovida, reconhecida e configurada institucionalmente pelo Bispo diocesano, o que permitirá, à partida, realizar mais fácil e eficazmente as actividades apostólicas próprias de uma pastoral missionária na corresponsabilidade.

104. Uma das principais finalidades das Unidades Pastorais é, de facto, contribuir e dar novo impulso à missão da Igreja, através de uma maior comunhão. Pensamos que elas poderão ser um excelente testemunho da colaboração, da partilha de dons entre paróquias, entre presbíteros, diáconos, pessoas consagradas e leigos, e até entre diversos grupos e movimentos eclesiais. Poderão ser um testemunho

eficaz de comunhão, no mundo ameaçado por divisões e individualismos.

105. As Unidades Pastorais não devem ser simplesmente a união de muitas paróquias sob a orientação de um presbítero que, neste caso, se tornaria um multi-pároco, ou a Unidade Pastoral uma espécie de arciprestado ou então uma mega-paróquia. Pelo contrário, a organização eclesial deve levar os fiéis a compreender que, ao fazerem parte de uma Unidade Pastoral, caminham juntos, de forma comunitária, sob a orientação de um ou vários presbíteros. A estes últimos não pertence fazer tudo, mas fazer com que tudo aconteça.

106. O que define as Unidades Pastorais não é apenas a referência a um território administrativo, mas a pertença livre e responsável a essas comunidades. De facto, trata-se de uma figura mais pastoral do que jurídica. Assim entendemos que podem ser promovidos maiores e melhores recursos, em ordem à realização da missão da Igreja e eclesiologia de comunhão, pois o horizonte das pessoas que ali habitam não fica encarcerado na sua própria paróquia.

107. Pelo mesmo motivo, a implementação das Unidades Pastorais requer, em simultâneo, uma mudança de mentalidade e uma atitude que, em toda a acção, seja inclusiva, aberta e corresponsável, seja para dentro ou para fora da Unidade Pastoral, seja entre as paróquias que a constituem, seja com as restantes paróquias e Unidades Pastorais. A Igreja missionária exige a constante saída em missão e a consequente abertura ao outro.

Modelos de Unidades Pastorais

108. Assim, parece a esta Comissão que é possível e desejável criar Unidades Pastorais, conforme os casos, utilizando um dos seguintes modelos:

- a) Agregar pequenas paróquias de dimensões semelhantes, proximidade geográfica e em igualdade de condições pastorais e estatuto jurídico;
- b) Agregar paróquias em torno de uma paróquia maior, que possa ser um ponto de referência para as outras e favorecer a integração e valorização de recursos materiais e humanos;
- c) Agregar paróquias de uma cidade, onde o sentido de pertença não se rege tanto pela proximidade geográfica, mas pela homogeneidade das suas características sócio-culturais;

Nota: Esta Comissão considera que, além dos três modelos, pode optar-se por mais dois modelos, no que se refere ao número de párocos associados a uma Unidade Pastoral:

- d) Agregação de paróquias ao cuidado de um único sacerdote;
- e) Agregação de paróquias ao cuidado de vários sacerdotes, sob a coordenação de um deles.

109. Não se pretende que os modelos actuem e funcionem de forma igual, como se fossem modelos iguais. De facto, deve ter-se em conta uma acção pastoral que corresponda às suas características.

110. É natural que no modelo c) do nº 108, se privilegie, numa pastoral urbana, a acção comum, como por exemplo, a formação em geral e a catequese em particular, alguns sacramentos tais como a Primeira Comunhão e a Confirmação, algumas celebrações religiosas conjuntas, como por exemplo Celebrações Penitenciais, Vigília Pascal, Corpo de Deus, e ainda festas, passeios, encontros e outros momentos comunitários de salutar convívio e fortalecimento dos

laços de comunhão. Torna-se igualmente oportuna a diferenciação dos horários das celebrações para que as pessoas possam escolher os seus horários mais convenientes, e a concertação de esforços na programação pastoral, primando por um único programa pastoral. Mais nos parece que devem ser concertados os diversos serviços sócio-caritativos e pastorais.

111. O que se refere ao número anterior também se pode aplicar no modelo b) do nº 108. É possível e desejável a acção pastoral comum a todos os níveis. Mas em nosso entender, e num sentido verdadeiramente missionário e em saída, o que deve ser privilegiado neste modelo é a partilha de ministérios e de serviços, por um lado, e por outro, uma concentração de esforços no que se refere, por exemplo, a centros de formação e cartórios para os registos paroquiais.

112. Quanto ao modelo a) do nº 108, achamos que a atenção se deve centrar na reprogramação das celebrações e na partilha de serviços e ministérios, de acordo com as suas possibilidades, capacidades e recursos. A acção apostólica comum pode, inclusive, ser ora num local ora noutro, de forma proporcional e equitativa. Para as celebrações litúrgicas podem ser úteis os “módulos pastorais”, tal como se descreve no nº 127. Dentro das reais possibilidades, aplique-se o que se refere aos modelos anteriores.

113. Todos estes modelos devem procurar ter, entretanto, o que se refere às estruturas e organismos, tais como designamos no nº 130.

Considerações gerais

114. As Unidades Pastorais poderão ser uma nova situação social e eclesial, fruto, por um lado, da secularização da sociedade, do

abandono crescente da prática religiosa e do despovoamento das zonas rurais e, por outro, pela mobilidade crescente e pela necessidade de fomentar a comunhão como realidade intrínseca à Igreja.

115. Para que a identidade e vitalidade de uma Unidade Pastoral sejam duradouras, não pode ser apenas um mecanismo que sobrevive graças ao espírito de comunhão e à solicitude dos presbíteros que a compõem. A Unidade Pastoral deve comprometer-se e promover o sentido comunitário de toda uma Igreja local. É preciso, por isso, prever formas de agregação das paróquias que tenham a marca da estabilidade e dêem garantias de futuro a um trabalho que é urgente e necessário.

É imprescindível, também, que a acção eclesial das Unidades Pastorais passe a ser gerida, orientada e promovida por um grupo de pessoas da comunidade cristã e não apenas por um presbítero, ainda que a missão deste seja a presidência (cf. AS nº 211; 215 c).

116. Neste sentido, além das razões naturais e eclesiais já apresentadas, é fundamental que se promova e acentue a necessária formação laical. Para que a acção apostólica seja verdadeiramente estável, corresponsável e menos clericalizada, é imprescindível que aumente a formação laical, tanto ao nível da qualidade, como da quantidade e da periodicidade.

117. Na criação e implementação de Unidades Pastorais, dever-se-á sensibilizar e integrar as Congregações Religiosas, onde houver, e Movimentos Apostólicos na vida das comunidades cristãs, dando-lhes tarefas e responsabilidades de acordo com a sua natureza e carismas.

118. Este modelo de entender a paroquialidade ou acção territorial da Igreja, constrói-se como comunidade de comunidades. É necessária, por isso, a articulação orgânica dos recursos pessoais, espirituais e materiais numa comunidade que assim se coloca ao serviço da missão.

119. Dada a diversidade da Diocese, poderá não ser possível adoptar e implementar um modelo único de Unidade Pastoral ou um modelo de acordo com os previstos nesta proposta. Nestas circunstâncias, será necessário dar lugar aos critérios de oportunidade, de gradualidade e de flexibilidade. Não obstante, será necessário fixar alguns elementos essenciais que definam a sua identidade.

120. Além da unidade que assume a diversidade de paróquias vizinhas, pertencentes a uma área relativamente homogénea, é importante, em qualquer contexto, atender também às condições administrativas, culturais e económicas de cada comunidade, bem como aos serviços civis ali existentes.

121. Cada uma das paróquias que compõem a Unidade Pastoral manterá, à partida e por princípio, a sua “personalidade jurídica”, a organização sócio-económica e vivência próprias, quer em termos de usos e costumes, quer também no que diz respeito às festas tradicionais, que serão celebradas nas igrejas/capelas respectivas. Parece-nos que é de uma profunda sabedoria pastoral saber respeitar e preservar aquilo que, por fruto da tradição, identifica o sentir e o agir das pessoas de determinado tecido eclesial. Embora as confrarias e comissões, pertencentes às pequenas comunidades, não tenham o mesmo relevo e visibilidade na Unidade Pastoral, estas devem continuar a comprometer-se para levar a cabo, de forma digna, as

celebrações festivas daqueles locais, com a ajuda dos recursos humanos e pastorais da Unidade Pastoral da qual faz parte.

122. Para a criação de Unidades Pastorais, sugerimos que se tenha em conta:

- a) O número de habitantes, analisando a tendência demográfica de crescimento ou envelhecimento, assim como a dispersão ou concentração da população;
- b) A rede viária existente e as distâncias em relação a outros centros vizinhos;
- c) A cultura e tradições homogéneas;
- d) A existência e localização de igrejas, casas paroquiais, santuários, entre outros;
- e) A localização de Serviços da Administração Civil, como sejam escolas, centros de saúde, lares e outros serviços sociais;
- f) A capacidade económica para sustentar o pároco.

Âmbito das Unidades Pastorais

123. O bom funcionamento de uma Unidade Pastoral não se medirá apenas pela experiência litúrgica nela realizada, mas integrará todos os outros sectores próprios da sua acção apostólica, permitindo, nesta perspectiva, uma maior lucidez e compromisso em relação aos reais problemas e necessidades da comunidade, procurando assim ser resposta e dar resposta a situações desajustadas. Para que uma Unidade Pastoral seja concretizável, deve ser um local onde gradualmente se criem as condições necessárias para se poder estabelecer uma missão de corresponsabilidade. Constituem âmbitos da Unidade Pastoral, em especial, a Comunhão, a Missão, a Corresponsabilidade, a Integralidade, a Formação, a Programação, a Liturgia e a Pastoral Sacramental.

Funcionamento da Unidade Pastoral

124. Para a organização das Unidades Pastorais, esta Co-missão cuida ser imprescindível definir os princípios que devem ser levados em consideração ao organizar e implementar a Unidade Pastoral. Nesta tarefa, as principais estruturas pastorais podem ajudar a dar corpo a esta Unidade, constituindo-se equipas pastorais, económicas, litúrgicas, sócio-caritativas, formativas, catequéticas, missionárias, entre outras. Paralelamente ao trabalho das organizações diocesanas, as Unidades Pastorais deveriam ser criadas com a participação activa e entusiasta de sacerdotes, diáconos, religiosos e leigos.

125. Desta forma, julgamos que as Unidades Pastorais deveriam ter em conta alguns dos seguintes elementos pastorais para realizar a sua acção apostólica:

a) Uma **pastoral de comunhão**: fomentar a comunhão com Deus e a Igreja através da escuta da Palavra, da celebração dos sacramentos, especialmente da Eucaristia e do amor fraterno, promovendo assim uma pastoral comunitária que, ao mesmo tempo que une e fortalece a Unidade Pastoral, promove a acção pastoral de conjunto com as outras Unidades Pastorais dentro do Arciprestado e está aberta à Igreja particular e universal.

b) A **pastoral missionária**: promover uma pastoral que seja missionária e evangelizadora, que renova a própria comunidade e leva o testemunho do Evangelho ao ambiente social em que está inserido, para transformá-lo, na linha proposta pelo Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*.

c) Uma **pastoral assente na Formação**: organizar uma formação pastoral de cristãos, quer no seu processo de iniciação, quer no processo de maturidade da fé, através de métodos de formação permanente e integral, adaptados às diferentes etapas e situações de

vida do cristão, para que estejam presentes no mundo, actuando e transformando-o.

d) Uma **pastoral de caridade e solidariedade**: criar canais de comunicação cristã de bens e solidariedade, como expressão do amor fraterno e da proximidade da comunidade cristã aos mais necessitados.

e) Uma **corresponsabilidade pastoral**: promover a corresponsabilidade eclesial, de modo que todos, sacerdotes, diáconos, membros da vida consagrada e fiéis leigos, cada um de acordo com a sua vocação e carisma, se sintam chamados a cooperar activamente na vida e na missão da comunidade, bem como participar nos diferentes sectores pastorais, para melhor servir o Evangelho.

126. Uma séria reflexão eclesiológico-pastoral deverá ser capaz de transformar o nosso *modus vivendi*, na medida em que a Igreja souber compreender a história e a singularidade de cada comunidade, bem como o seu ritmo pastoral. Porém, sem que se altere, para já, o seu estatuto jurídico, as paróquias, unidas em Unidade Pastoral, deveriam passar a ser olhadas e tratadas como um todo. Os agentes pastorais deveriam, por princípio, trabalhar, não em função das comunidades a que pertencem ou pelas quais são mais diretamente responsáveis, mas em função do todo dessa mesma Unidade Pastoral.

127. A efectivação desta nova articulação da identidade da espiritualidade sacerdotal poderá contribuir para que os sacerdotes respeitem as indicações do Código de Direito Canónico sobre o número de Eucaristias Dominicais a que podem presidir. Pode ser oportuna a experiência que foi narrada a esta Comissão da existência de “módulos paroquiais”, isto é, a própria Unidade Pastoral ser composta, na prática, por módulos que facilitem a organização das celebrações dominicais. Entendemos por “Módulo Pastoral” a

divisão da Unidade Pastoral por zonas, de modo que as celebrações dominicais ocorram ora num módulo ora noutra.

128. Aproveitando os aspectos positivos das novas tecnologias, uma boa aposta seria informatizar cada uma das paróquias e, por conseguinte, a Unidade Pastoral, colocando-as em rede com a Cúria diocesana.

129. Quando uma Unidade Pastoral é constituída por vários sacerdotes, um deles, por eleição ou designação do Bispo diocesano, assume o papel de coordenador (cf. AS nº 215 a).

Estruturas e organismos a criar

130. Para dar corpo a esta missão, são propostas as seguintes estruturas e órgãos a criar nas Unidades Pastorais:

a) Coordenador Pastoral

Achamos que é imprescindível que as Unidades Pastorais possuam um Coordenador Pastoral. Escolhemos esta nomenclatura, preterindo o termo ‘Moderador’, porque este se refere mais a questões jurídicas e as nossas opções são sobretudo pastorais. Não se pretende que funcione como ‘chefe’, mas como aquele que coordena, de facto, uma equipa e dá voz a todos, num espírito de comunhão.

b) Conselho Pastoral da Unidade Pastoral e Comissão Permanente

Para trabalhar em equipa com o Coordenador, propomos que seja constituído um Conselho Pastoral, com representantes das diversas paróquias e serviços ao cuidado da Unidade Pastoral. Para validar mais a sua responsabilidade, achamos oportuna a sua homologação por parte do Bispo diocesano.

Deve igualmente ser constituída uma Comissão Permanente, de entre esse Conselho Pastoral, que reúna sistemática e habitualmente para tomar as decisões ordinárias relativas à acção pastoral da Unidade Pastoral. Esta Comissão Permanente deve ter a seu cargo o governo da Unidade Pastoral, evitando-se assim um certo clericalismo e permitindo que este projecto promova a verdadeira Igreja-Comunhão.

c) Conselho de Gestão da Unidade Pastoral

Sugerimos que este Conselho seja composto por elementos dos diversos Conselhos Económicos das paróquias que compõem a Unidade Pastoral. O objectivo principal é gerir recursos. Como objectivos gerais, este Conselho de Gestão pretende reunir esforços comuns, auxiliar nas decisões comuns de administração e poder elaborar projectos com partilhas comuns, proporcionais e equilibradas.

Esta opção significa que se podem manter os Conselhos Económicos de cada paróquia, bem como as suas respectivas contas e os seus bens próprios.

Para validar a sua responsabilidade, achamos oportuna a sua homologação por parte do Bispo diocesano.

d) Cartório

Trata-se de um local específico que deverá conter e guardar arquivos relativos às diversas paróquias que constituem a Unidade Pastoral, livros de registos e documentos necessários ao funcionamento da Unidade Pastoral, inventários do património estável de cada paróquia, respeitando cada paróquia e seus bens móveis e imóveis.

Embora seja difícil, seria desejável promover a sua abertura, no melhor horário, possivelmente até com funcionário/a para o efeito, o que não isentará o Coordenador da Unidade Pastoral e os sacerdotes que dela fazem parte, de ter horário de atendimento programado.

e) Centro Pastoral

Tanto quanto possível, sugerimos que a Unidade Pastoral tenha um ou mais centros pastorais para a formação ou actividades pastorais. Este centro pode funcionar em espaço junto com o Cartório.

f) Ministérios Comuns

Parece-nos imprescindível que em cada Unidade Pastoral haja um esforço por implementar serviços e ministérios comuns. Para validar essa acção, achamos oportuna a sua instituição, nomeação ou mandato. Saliente-se ainda a importância das ADAPs (Assembleias Dominicais na Ausência de Presbíteros) neste contexto.

g) Grupos de animação sectorial

Para além do Conselho Pastoral, talvez seja oportuna a criação de outros grupos, como o Grupo Sócio-Caritativo e o Grupo de Animação Litúrgica que, em sintonia com o Conselho Pastoral, terão a preocupação de zelar pela sua área de acção específica.

h) Órgão informativo

De modo a proporcionar a boa divulgação pelas diversas comunidades e fomentar a sua união, é desejável a criação de um órgão de comunicação da Unidade Pastoral, podendo este ser em formato físico ou digital. Convém, no entanto, não esquecer que muitas das nossas comunidades ainda têm fraca formação para o uso digital, pelo que se propõe ter isso em conta, de acordo com as necessidades locais.

Este órgão de comunicação deveria ter como finalidade principal informar sobre os serviços religiosos nas diversas comunidades, bem como outras informações de interesse da Unidade Pastoral.

Considerações Finais

131. As Unidades Pastorais poderão trazer, assim, uma autêntica mudança de mentalidade, de atitude, de comportamento, de formação, de preparação e de estruturas, a fim de que a acção

evangelizadora, por elas promovida, possa produzir os frutos desejados. A mudança, embora difícil e pouco cómoda, gera sempre crescimento e aprendizagem.

132. Gostaríamos ainda de frisar que os aspectos, critérios, estruturas e organismos apresentados não precisam, necessariamente, de se verificar todos de uma forma rígida e, sobretudo, também não é necessário que estejam todos presentes simultaneamente. O importante é que possam ser um contributo para a transformação do modo concreto de decidir e actuar a pastoral nas estruturas de comunhão da diocese.

133. Assim, esta Comissão cuida ser necessário ter em conta os seguintes aspectos na implementação das Unidades Pastorais:

- a) Mais do que criar Unidades Pastorais, é necessário formar uma unidade na pastoral;
- b) O processo não pode ser imposto por decreto ou por carta pastoral, mas implica uma catequização das comunidades implicadas e dos seus agentes;
- c) A criação das Unidades Pastorais compreende uma profunda mudança de mentalidades e comportamentos, tanto a nível pessoal como a nível comunitário, e a concepção de novas atitudes e dinâmicas de trabalho em equipa;
- d) A sua implementação exige um plano de reestruturação ambicioso, mas exequível, e não se deve adiar, pois hoje as mudanças são constantes e podem perder a sua validade;
- e) A referida reestruturação deve realizar-se tendo presente o olhar no futuro;
- f) Tendo em conta a realidade demográfica e dos agentes principais de pastoral, é importante que esta reestruturação tenha carácter duradouro;

- g) Todo este processo deve ser transparente e sério, com situações práticas e, ao mesmo tempo, incisivo e firme;
- h) Tem de haver um diálogo ponderado e paciente, que deve ser combinado com responsabilidade e visão de futuro, onde ninguém fique excluído ou se sinta fora do processo;
- i) Em todo este processo a Igreja deve estar imbuída de um espírito positivo, em que deposita a fé e a criatividade numa pastoral missionária de todos os seus agentes;
- j) Não podemos pensar que as Unidades Pastorais vão avançar todas ao mesmo ritmo, mas é de desejar que caminhem na mesma direcção, com os mesmos objectivos e as mesmas metas;
- l) O estilo das Unidades Pastorais deverá ser o de Comunidades que avançam em comunhão para realizar a missão evangelizadora da Igreja.

134. Propomos, ainda, mais algumas linhas orientadoras concretas e práticas para a criação e implementação de Unidades Pastorais:

- a) Mais do que assentar a divisão nos conjuntos de paróquias entregues ao cuidado de um sacerdote, propomos que o estudo se faça a pensar de modo mais abrangente, tendo em conta verdadeiramente os critérios assinalados no nº 122, as estruturas necessárias assinaladas no nº 130 e os aspectos que se devem ter presentes e que constam no nº 133;
- b) Como já existem tentativas de consolidar algumas Unidades Pastorais, propomos que, nesses casos, se evite enfraquecer o trabalho feito, mas alargá-lo e consolidá-lo;
- c) Segundo análise feita, e de acordo com previsões relacionadas com o número dos principais agentes pastorais, cremos ser possível que possam existir entre 40 e 50 Unidades Pastorais na Diocese;

d) Nos dois maiores centros urbanos da diocese, a Guarda e a Covilhã, pensamos que seria viável tomar a decisão de se usar o modelo c) do nº 108;

e) Em sintonia com os modelos a) e b) do nº 108, parece-nos possível transformar em centros de Unidades Pastorais as seguintes paróquias:

- No arceprelado de Covilhã-Belmonte: 1) Teixoso; 2) Tortosendo; 3) Ferro; 4) Paul e 5); Belmonte;
- No arceprelado do Fundão: 1) Fundão; 2) Alpedrinha; 3) Silvares; 4) Capinha e 5) S. Vicente da Beira;
- No arceprelado de Guarda-Manteigas: 1) Manteigas; 2) Fer-não Joanes; 3) Gonçalves; 4) Aldeia Viçosa; 5) Rochoso e 6) Casal de Cinza;
- No arceprelado de Pinhel-Almeida-Figueira de Castelo Rodrigo: 1) Pinhel; 2) Almeida; 3) Figueira de Castelo Rodrigo; 4) Vilar Formoso; 5) Escalhão; 6) Freixeda do Torrão, 7) Freixedas e 8) Alverca da Beira;
- No arceprelado de Sabugal-Penamacor: 1) Sabugal; 2) Penamacor; 3) Soito; 4) Ruvina;
- No arceprelado de Seia-Gouveia: 1) Seia; 2) Gouveia; 3) Loriga; 4) Carragosela; 5) Paranhos da Beira, 6) Santa Marinha, 7) Vila Nova de Tazém;
- No arceprelado do Trancoso-Celorico da Beira: 1) Trancoso; 2) Celorico da Beira; 3) Reboleiro; 4) Freches; 5) Vila Franca das Naves; 6) Vale de Azares e 7) Fornotelheiro.

135. Esclarecemos que o processo de consulta, criação e implementação das Unidades Pastorais não deverá ser imposto, mas proposto, tendo em conta a realidade tal como se apresenta na actualidade, e como se prevê que se venha a apresentar num futuro próximo.

136. Nesse sentido, esta Comissão entende que a proposta de criação e implementação de Unidades Pastorais, dividindo territorialmente as paróquias da Diocese, pode ser desenvolvida, de forma mais conhecedora da realidade de cada arceprelado, pelos respectivos Conselhos Pastorais Arciprestais, após a implementação dos novos arceprelados.

137. Em face do que foi dito, e de modo a haver estabilidade e garantia de orientação e planeamento para o trabalho a realizar, esta Comissão acha necessário que as nomeações diocesanas, por parte do senhor Bispo, sejam efectuadas por Unidade Pastoral e não por paróquias.

Tendo também em conta que se pretende valorizar a acção comum, com base num Conselho Pastoral, esta Comissão não vê inconveniente em que, quando, por qualquer motivo, a Unidade ficar sem Pároco, o novo seja nomeado apenas aquando das nomeações gerais, no início do ano pastoral seguinte.

Índice

Os Jovens e a Família em plano pastoral diocesano	
<i>Nota Pastoral do Bispo Diocesano para o Ano 2019-2020</i>	1
“Tua Mãe e teus irmãos estão lá fora”	
<i>Apresentação do Plano, pelo Coordenador da Pastoral</i>	4
Plano Pastoral para o triénio 2019-2022	7
Plano pastoral para a Diocese da Guarda / ano 2019-2020	10
Calendário do Ano Pastoral 2019-2020	14
Capítulo IV - As Paróquias e as Unidades Pastorais	
<i>da Proposta para uma reorganização da Diocese da Guarda</i>	35
AS PARÓQUIAS E AS UNIDADES PASTORAIS (81-137)	
Das comunidades cristãs primitivas às paróquias (81)	
A Paróquia (82-84)	
A situação actual (85-91)	
Novos modelos de paroquialidade (92-95)	
Unidades Pastorais como possibilidade (96-101)	
Definição de Unidade Pastoral (102-107)	
Modelos de Unidades Pastorais (108-113)	
Considerações gerais (114-122)	
Âmbito das Unidades Pastorais (123-129)	
Funcionamento da Unidade Pastoral (124)	
Estruturas e organismos a criar (130)	
Considerações Finais (131-137)	
Índice	68